

9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido. A administração periodicamente avalia a posição fiscal das situações nas quais a regulamentação fiscal requer interpretação e estabelece provisões quando apropriado.

2.10.2 Imposto de renda e contribuição social - diferidos- Os créditos tributários diferidos decorrentes de prejuízo fiscal, base negativa da contribuição social e diferenças temporárias são reconhecidos somente na extensão em que seja provável que existirá base tributável positiva para realização desses créditos no futuro e são demonstrados no ativo não circulante.

O imposto de renda e contribuição social diferidos são gerados por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis. Tributos diferidos são mensurados à taxa de tributos que é esperada ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de tributos (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço.

Tributos diferidos ativos e passivos são apresentados líquidos se existe um direito legal ou contratual para compensar o ativo fiscal contra o passivo fiscal e os tributos diferidos são relacionados à mesma entidade tributada e sujeitos à mesma autoridade tributária. **2.11 Reconhecimento de receita**- A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos incidentes. A Companhia reconhece as receitas quando os valores podem ser mensurados com segurança, é provável que benefícios econômicos futuros serão apurados e quando critérios específicos tiverem sido atendidos, conforme descrição a seguir. **(a) Receita de construção**- A receita de construção foi estimada considerando os gastos incorridos pela Companhia na formação da infraestrutura e a respectiva margem de lucro, determinada com base nos correspondentes custos de envolvimento da Companhia na formação do seu ativo financeiro, presente no contrato de concessão pública (Interpretação técnica ICPC 01 e Orientação OCP 05 - Contratos de Construção), uma vez que a Companhia adota como prática a terceirização dos serviços de construção, com riscos de construção assegurados nos contratos de prestação de serviços e por seguros específicos de construção. A receita de construção foi determinada, até abril de 2013, e reconhecida de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 17 - Contratos de Construção, mediante incorporação da margem de lucro aos respectivos custos incorridos no mês de competência. **(b) Receita operacional**- A receita operacional é reconhecida mensalmente pela competência e apropriada em função da vigência dos contratos de locação (camarotes, assentos VIP, estacionamento e restaurantes/lançonetes), marketing, publicidade e patrocínio, e da realização dos eventos, pela operação da Arena Fonte Nova. **(c) Atualização do ativo financeiro da concessão**- A receita de atualização do ativo financeiro (nota 2.3.2), representa a atualização do valor a receber pela concessão durante o período do contrato. A atualização do ativo financeiro de concessão é reconhecida pelo custo amortizado com base no tempo e na taxa de juros efetiva sobre o montante do principal. **(d) Receita financeira**- A receita de juros é reconhecida quando for provável que os benefícios econômicos futuros deverão fluir para a Companhia e o valor da receita possa ser mensurado com confiabilidade. A receita de juros é reconhecida pelo método linear com base no tempo e na taxa de juros efetiva sobre o montante do principal em aberto, sendo a taxa de juros efetiva aquela que desconta exatamente os recebimentos de caixa futuros esperados durante a vida estimada do ativo financeiro em relação ao valor contábil líquido inicial deste ativo. **2.12 Capital**- As ações ordinárias e as preferenciais são classificadas no patrimônio líquido. Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de novas ações ou opções são demonstrados no patrimônio líquido como uma dedução do valor captado, líquida de impostos. **3 Estimativas e julgamentos contábeis críticos**- As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias. Com base em premissas, a Companhia faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas abaixo. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo e pelo método de ajuste a valor presente, revisão da margem de construção utilizada para o reconhecimento de receita na construção da Arena Fonte Nova. A Companhia usa o método de porcentagem de conclusão (POC) para contabilizar o contrato de construção. O uso do método POC requer que a Companhia estime o estágio de execução do contrato até a data base do balanço como uma proporção entre os custos incorridos com os serviços até então executados e o total dos custos orçados de cada contrato. A receita operacional líquida inclui a atualização do ativo financeiro da concessão durante o período do contrato, uma vez que a geração desta receita faz parte dos principais objetivos de negócio da Companhia. **4 Gestão de risco financeiro**- **Considerações gerais**- A Companhia participa em operações envolvendo instrumentos financeiros, incluindo caixa e equivalentes de caixa, contas a receber, fornecedores, empréstimos, financiamentos e debêntures. Os instrumentos financeiros operados pela Companhia têm como objetivo administrar a disponibilidade financeira de suas operações. A administração dos riscos envolvidos nessas operações é feita através de mecanismos do mercado financeiro que buscam minimizar a exposição dos ativos e passivos da Companhia, protegendo a rentabilidade dos contratos e o patrimônio da Companhia. Os valores registrados no ativo e no passivo circulante têm liquidez imediata ou vencimento, em prazos inferiores a 12 meses. Considerando o prazo e as características desses instrumentos financeiros, que são sistematicamente renegociados, os valores contábeis se aproximam dos valores justos. A Companhia não possuía instrumentos financeiros derivativos em 31 de dezembro de 2014 e de 2013. **(a) Exposição a risco com taxa de juros**- A Companhia está

exposta ao risco de que uma variação de taxas de juros flutuantes cause um aumento nas obrigações contratadas com pagamentos de juros futuros e aumentem as despesas financeiras dos empréstimos, financiamentos e debêntures. As dívidas estão sujeitas, principalmente, à variação das taxas pré-fixadas em reais, variação da Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP e da taxa Selic. A Companhia analisa sua exposição às taxas de juros de forma dinâmica. São simulados diversos cenários levando em consideração refinanciamento, renovação de posições existentes, financiamento e hedges alternativos. Com base nesses cenários, a Companhia define uma mudança razoável nas taxas de juros e calcula o impacto sobre os resultados. Os cenários são elaborados somente para os passivos que representam as principais posições com juros. **(b) Risco de liquidez**- É o risco da Companhia não dispor de recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos. Para administrar a liquidez do caixa, são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo monitoradas pela área de tesouraria. **(c) Risco de crédito**- O risco de crédito é administrado corporativamente. O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, instrumentos financeiros derivativos, depósitos em bancos e outras instituições financeiras, bem como de exposições de crédito a clientes, incluindo contas a receber em aberto e operações comprometidas. Para bancos e outras instituições financeiras, são aceitos somente títulos de entidades independentemente classificadas como de primeira linha. Os limites de riscos individuais são determinados com base em classificações internas ou externas de acordo com os limites determinados pelo Conselho de Administração. A utilização de limites de crédito é monitorada regularmente. Não foi ultrapassado nenhum limite de crédito durante o exercício, e a administração não espera nenhuma perda decorrente de inadimplência dessas contrapartes superior ao valor já provisionado. **4.2 Gestão de capital**- A Companhia administra o seu capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos, financiamentos e debêntures (incluindo saldos classificados no circulante e no não circulante, conforme demonstrado no balanço patrimonial), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial, com a dívida líquida.

Total de empréstimos, financiamentos e debêntures 698.109 728.447
(-) Caixa e equivalentes de caixa e TVM (19.600) (27.058)
Dívida líquida 678.509 701.389
Total do patrimônio líquido 160.111 117.951
Total do capital 838.620 819.340
Índice de alavancagem financeira 81% 86%

4.3. Instrumentos financeiros por categoria- Abaixo, apresentamos a segregação dos instrumentos financeiros consolidados por categoria, em 31 de dezembro de 2014 e de 2013:

	2014	2013
Caixa e equivalentes de caixa	2.887	3.949
Contas a receber	90.618	92.967
Ativo financeiro da concessão	929.534	907.450
Títulos e valores mobiliários (i)	16.713	23.109
Partes relacionadas	729	1.165
1.040.481	1.028.640	
Fornecedores	4.721	3.793
Partes relacionadas	22.962	18.384
Empréstimos e financiamentos	613.308	634.425
Debêntures	84.801	94.022
725.792	750.624	

(i) A Companhia apresentou títulos e valores mobiliários como mantidos até o vencimento de forma indevida no exercício de 2013, pois se trata de empréstimos e recebíveis, motivo pelo qual a nota 3.3 esta sendo reapresentada.

5. Caixa e equivalentes de caixa

	2014	2013
Caixa	1	6
Bancos conta movimento	1.599	1.036
Aplicações financeiras (a)	1.287	2.907
2.887	3.949	

(a) As aplicações financeiras correspondem a operações de curto prazo realizado com instituições que operam no mercado financeiro nacional, tendo como características alta liquidez, baixo risco de crédito e remuneração média equivalente a 99,5% do certificado de depósito interbancário (CDI).

6. Contas a receber

	2014	2013
Contraprestação - SETRE	9.855	9.854
Cervejaria Petrópolis S.A.	76.423	78.918
Locação de camarotes e assentos VIP por temporada	3.201	1.605
Outros	1.139	2.590
90.618	92.967	

Circulante (22.869) (22.851)
Não circulante 67.749 70.116

O valor da Cervejaria Petrópolis S.A. ("Naming Right") registrado no contas a receber possui contrapartida à conta de receitas diferidas (R\$ 67.630) no passivo circulante e não circulante, sendo reconhecido no resultado durante o prazo do contrato. **7 Ativo financeiro da concessão**- Refere-se à parcela dos direitos a faturar decorrentes do contrato de parceria público privado firmado com o Estado da Bahia, por intermédio da SETRE. O quadro a seguir resume a movimentação do saldo:

	2014	2013
Saldo em 1º de janeiro de 2013	872.022	
Receita de construção	90.428	
Receita operacional da contraprestação	12.274	
Atualização financeira	121.784	
(-) Faturamento contraprestação (189.058)		
Saldo em 31 de dezembro de 2013	907.450	
Receita operacional da contraprestação	18.233	
Atualização financeira	129.223	
(-) Faturamento contraprestação (125.372)		
Saldo em 31 de dezembro de 2014	929.534	
Circulante	(134.267)	
Não circulante	795.267	

8. Títulos e valores mobiliários

	2014	2013
Títulos e valores mobiliários - BNB - Financiamento (a)	13.308	16.462
Títulos e valores mobiliários - BNB - Debentures (b)	3.405	6.648
	16.713	23.109
(9.578)		
7.135	23.109	

Circulante

Não circulante

(a) Referem-se a aplicações em certificado de depósito bancário (CDB) do Banco do Nordeste do Brasil remuneradas a 99% do certificado de depósito interbancário (CDI). Em 28 de novembro de 2014, a Companhia substituiu o equivalente a R\$ 11.189, destas aplicações por carta fiança, emitida pelo Banco ABC Brasil S.A., as quais estão sendo utilizadas para amortização de parcelas vincendas no curto prazo, relativas ao financiamento a que estavam vinculadas. A carta de fiança está garantida por aval do acionista Odebrecht Properties S.A. e OAS S.A., na proporção de 50% cada uma. (b) Referem-se a aplicações em certificado de depósito bancário (CDB) do Banco do Nordeste do Brasil remuneradas a 100% do certificado de depósito interbancário (CDI) e mantidas

10. Empréstimos e financiamentos Instituição financeira

	Moeda	Encargos anuais	Vencimento	2014	2013
Desenbahia	Reais	TJLP+5%	2025	71.359	64.786
Desenbahia - Repasse BNDES	Reais	TJLP+1,9%	2026	299.795	328.281
BNB - Repasse FNE	Reais	10%	2025	249.590	250.199
Banco Itaú - Capital de giro - risco sacado	Reais	CDI	2015	760	
				621.504	643.266
				(8.196)	(8.841)
				613.308	634.425
				(41.491)	(35.971)
				571.817	598.454

(-) Custos de captação a apropriar

Circulante

Não circulante

Para a execução dos custos iniciais das obras de reconstrução da Arena Fonte Nova, a Companhia obteve em 21 de junho de 2010 a aprovação para liberação de empréstimo, na modalidade de Cédula de Crédito Bancário ("CCB"), junto a DESENBAHIA - Agência de Fomento do Estado da Bahia S.A., no valor de R\$ 50.000, com vencimento em 21 de junho de 2025. Os recursos captados junto ao Banco do Nordeste do Brasil que totalizam R\$ 250.000 em 31 de dezembro de 2014 (R\$ 250.000 em 31 de dezembro de 2013), são oriundos do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste - FNE

Instituição financeira

DESENBAHIA

DESENBAHIA - Repasse BNDES

BNB - Repasse FNE

A movimentação dos empréstimos está demonstrada a seguir:

	2014	2013
Saldo em 1º de janeiro de 2013	573.936	
Captação de empréstimos	58.853	
Juros apropriados	48.236	
Amortização	(2.083)	
Pagamento de juros	(45.595)	
Apropriação dos custos de captação	1.078	
Saldo em 31 de dezembro de 2013	634.425	
Captação de empréstimos	3.235	
Juros apropriados	48.365	
Custo de captação	(454)	
Amortização	(27.806)	
Pagamento de juros	(45.557)	
Apropriação dos custos de captação	1.100	
Saldo em 31 de dezembro de 2014	613.308	

Os montantes com vencimento em longo prazo têm a seguinte composição, por ano de vencimento:

	2014	2013
2015		37.443
2016	36.023	35.072
2017	38.074	36.915
2018	41.793	40.634
2019 em diante	455.927	448.390
	571.817	598.454

O valor justo dos empréstimos classificados no circulante é igual ao seu valor contábil, uma vez que o impacto do desconto não é significativo. **11. Debêntures**- Em 22 de fevereiro de 2012, a Companhia realizou emissão de debêntures não conversíveis em ações com garantia real, em série única, no valor total de R\$ 94.000, as quais foram objeto de colocação privada sem esforço de venda para o público em geral.

Encargos Anuais Vencimento

Moeda	Anuais	Vencimento	2014	2013
Emissão Real	100% DI +3,6%	2024	84.801	94.022
			84.801	94.022
			(2.012)	(9.709)
			82.789	84.313

As amortizações das debêntures iniciaram-se partir de 22 de março de 2014 e terão prazo de vigência de 154 (cento e cinquenta e quatro) meses, com vencimento final em 22 de dezembro de 2024. A movimentação das debêntures está demonstrada a seguir:

	2014	2013
Saldo em 1º de janeiro de 2013	93.592	
Captação de debêntures	100.000	
Juros apropriados	16.571	
Amortização	(100.000)	
Pagamento de juros	(16.325)	
Apropriação dos custos de captação	184	
Saldo em 31 de dezembro de 2013	94.022	
Juros apropriados	12.607	
Amortização	(8.600)	
Pagamento de juros	(13.560)	
Apropriação dos custos de captação	192	
Saldo em 31 de dezembro de 2014	84.801	

Encargos financeiros- A remuneração das debêntures contempla juros remuneratórios correspondentes à variação acumulada de 100% da taxa média dos Depósitos Interfinanceiros - DI de um dia, "over extra grupo", expressa na forma percentual ao ano, base 252 dias úteis, acrescida de uma sobretaxa de 3,60% ao ano, base 252 dias úteis. Os

como reserva suficiente para a liquidação de 03 (três) de amortização de principal e juros das debêntures.

9. Tributos a recuperar

	2014	2013
PIS (a)	10.886	10.879
COFINS (a)	50.122	50.110
PIS e COFINS a recuperar - pagamento a maior	717	
Saldo negativo IRPJ	274	
Imposto de renda retido sobre faturamento contraprestação	468	442
Imposto de renda retido sobre aplicações financeiras	268	97
Imposto sobre outros faturamento	551	537
	63.286	62.065
Circulante	(5.733)	(1.076)
Não circulante	57.553	60.989

(a) Referem-se a créditos de PIS/COFINS sobre insumos e serviços de construção adquiridos diretamente pela Companhia e utilizados na construção da Arena Fonte Nova, os quais serão realizados no prazo de recebimento do ativo financeiro da concessão.

Garantias contratuais

Cessão fiduciária de direitos e créditos decorrentes da contraprestação pública e exploração da Arena, penhor de ações e direitos emergentes e suporte financeiro dos acionistas.

Cessão fiduciária de direitos e créditos decorrentes da contraprestação pública e exploração da Arena, penhor de ações e direitos emergentes e suporte financeiro dos acionistas.

Cessão fiduciária de direitos e créditos decorrentes da contraprestação pública e exploração da Arena, penhor de ações e direitos emergentes e suporte financeiro dos acionistas.

montantes classificados no não circulante têm a seguinte composição, por ano de vencimento:

	2014	2013
2015		1.852
2016	4.542	4.632
2017	8.315	8.339
2018	12.095	12.044
2019 em diante	57.837	57.446
	82.789	84.313

12. Tributos diferidos e tributos sobre contraprestação

	2014	2013
Imposto de renda	2.757	5.568
Contribuição social	993	2.005
ISS	46.443	45.373
PIS / Cofins	86.020	76.892
	136.213	129.838

Os saldos de ISS, PIS e COFINS diferidos referem-se à aplicação dos referidos tributos, principalmente sobre as receitas de construção, os quais serão liquidados quando do faturamento das contraprestações mensais. O imposto de renda e a contribuição social diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros, atribuíveis às diferenças temporárias e sobre os prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social. No dia 13 de maio de 2014, foi publicada a Lei 12.973 que converteu a Medida Provisória nº 627 e 11 de novembro de 2013, que revoga o Regime Tributário de Transição (RTT) e traz outras providências, com vigência a partir de 2015. A sua adoção antecipada para 2014 eliminou potenciais efeitos tributários, especialmente relacionados com pagamento de dividendos e juros sobre capital próprio, efetivamente realizados até a data de publicação desta Lei, bem como resultados de equivalência patrimonial. A Companhia analisou os possíveis efeitos que poderiam advir da aplicação dessa nova norma, e optou pela adoção de forma antecipada dos preceitos atualmente disciplinados pela Lei. **13. Patrimônio líquido. (a) Capital social**- Em 30 de abril de 2013, foi aprovado o aumento de capital da Companhia, mediante a emissão de 10.848.000 novas ações ordinárias e nominativas no valor de R\$ 1,00 por ação, de forma proporcional à participação de cada acionista. Com este aporte, o capital social da Companhia passou de R\$ 80.000 para R\$ 90.848. O capital subscrito da Companhia é de R\$ 90.848 (R\$ 90.848 em 31 de dezembro de 2013), representado por 90.848.000 (90.848.000 em 31 de dezembro de 2013) ações ordinárias, ao valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada, tendo sido integralizadas pelos acionistas, até 31 de dezembro de 2014, na proporção de suas participações (50% cada). **(a) Reservas de lucros**- De acordo com o estatuto social, as importâncias apropriadas às reservas de lucros são determinadas como descrito abaixo: **(i) Reserva legal**- É constituída mediante apropriação de 5% do lucro líquido do exercício até alcançar 20% do capital social. **(ii) Reserva de realização de investimentos**- Conforme previsto no estatuto social da Companhia, do lucro líquido ajustado, nos termos do artigo 196 da Lei das Sociedades por Ações, é constituída reserva de realização de investimentos mediante apropriação de até 75% que, juntamente com a reserva legal, poderá alcançar 100% do capital social. **(c) Dividendos**- Aos titulares de ações emitidas pela Companhia será atribuído, em cada exercício, um dividendo não inferior a 25%, tendo

como base o lucro líquido do exercício, ajustado nos termos da Lei das Sociedades por Ações. Os administradores da Companhia, de acordo com orientação dos acionistas, com vistas a evitar o comprometimento da gestão de caixa e equivalente de caixa da entidade conforme o seu plano de investimento, destinarão a parcela de 25% do lucro líquido ajustado equivalente ao dividendo mínimo obrigatório no valor de R\$ 10.013, para a constituição da reserva especial, conforme art. 202, § 4º, da Lei 6.404/76.

14. Receita operacional líquida

	2014	2013
Receita de construção		75.657
Receitas operacionais	42.478	28.698
Atualização do ativo financeiro	129.223	121.784
Impostos e contribuições sobre serviços	(24.992)	(25.950)
	<u>146.709</u>	<u>200.189</u>

15. Custo de construção e operacional

	2014	2013
Custo de construção		63.709
Custo operacional	10.537	9.621
	<u>10.537</u>	<u>73.330</u>

O custo operacional refere-se aos gastos com realização de jogos de futebol, repasse contratual receita de patrocínio ao Esporte Clube Bahia e comissão pela captação do patrocínio.

16. Despesas gerais e administrativas

	2014	2013
Despesas com serviços de terceiros	16.945	17.998
Despesas com pessoal	15.348	10.684
Água e energia	2.988	2.010
Compra de materiais	836	1.522
Seguros	1.348	1.243
Outros	3.526	3.423
	<u>40.991</u>	<u>36.880</u>

17. Resultado financeiro

	2014	2013
Receitas financeiras		
Juros sobre aplicações financeiras	2.473	2.569
Atualização de contas a receber	5.079	
Outros	1.578	140
	<u>9.130</u>	<u>2.709</u>

Despesas financeiras

Juros sobre empréstimos	(49.465)	(48.236)
Juros sobre debêntures	(12.799)	(16.571)
Juros sobre empréstimo de mútuos	(2.467)	(1.498)
Atualização de tributos	(783)	
Comissões e despesas bancárias	(318)	(1.352)
IOF sobre empréstimo de mútuos	(42)	(205)
Outros	(356)	(1.259)
	<u>(66.230)</u>	<u>(69.121)</u>
	<u>(57.100)</u>	<u>(66.412)</u>

A atualização de contas a receber refere-se, principalmente à atualização anual do contrato de patrocínio firmado com a Cervejaria Petrópolis S.A. **18. Imposto de renda e contribuição social diferido**- O imposto de renda e contribuição social diferidos é aplicado sobre as diferenças temporárias ativas - custo do ativo financeiro da concessão e despesas pré-operacionais e passivas - ativo financeiro da concessão a receber e custo de captação dos financiamentos e debêntures. **19. Lucro por ação**- O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias.

	2014	2013
Lucro atribuível aos acionistas da Companhia	42.160	7.376
Quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação (milhares)	<u>90.848</u>	<u>87.014</u>
Lucro básico por ação - R\$	<u>0,46</u>	<u>0,08</u>

20. Transações e saldos com partes relacionadas

	2014	2013
Ativo circulante		
Arena Salvador (a)	<u>729</u>	<u>1.165</u>
Passivo circulante		
Arena Salvador (b)	<u>22.962</u>	<u>18.384</u>
	<u>2014</u>	<u>2013</u>

Resultado

Arena Salvador - principal (a-b) 2.547 20.867

Arena Salvador - encargos (a) 2.467 1.158

OAS Arenas 170

OPI 170

5.014 22.365

(a) Adiantamentos concedidos para o consórcio construtor da Arena Fonte Nova, que possui como acionistas OAS e Odebrecht, para fazer face a gastos futuros desde a execução da obra. (b) Pagamentos realizados pelo Consórcio Arena Salvador (CAS) de compromissos assumidos em nome da Companhia (Compras Diretas) e que foram pagas pelo CAS para posterior ressarcimento, conforme Termo de Entendimento firmado entre as partes em 28/3/2013, com incidência de 115% da variação do CDI, aplicáveis sobre os valores efetivamente desembolsado, com vencimento em 31 de julho de 2014. As despesas referentes à remuneração do pessoal-chave da Administração, responsáveis pelo planejamento, direção e controle das atividades da Companhia totalizaram R\$ 1.701 durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2014 (R\$ 1.315 em 31 de dezembro de 2013). **21. Seguros**- A Companhia possui um programa de gerenciamento de riscos com o objetivo de delimitar os riscos, buscando no mercado coberturas de seguro compatíveis com o seu

porte e suas operações. As coberturas foram contratadas por montantes considerados suficientes pela Administração para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza da sua atividade, os riscos envolvidos em suas operações e a orientação de seus consultores de seguros. Em 31 de dezembro de 2014, a Companhia possuía contratos com

as seguintes coberturas de seguros:

Modalidade	Vigência até	Cobertura
Riscos operacionais	18/3/2015	982.951
Responsabilidade civil em geral	18/3/2015	50.000
Garantia de performance da operação	24/6/2015	8.282
D&O	19/9/2015	50.000

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas

Fonte Nova Negócios e Participações S.A.

Examinamos as demonstrações financeiras da Fonte Nova Negócios e Participações S.A. ("Companhia") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2014 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas. **Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras**- A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou por erro. **Responsabilidade dos auditores independentes**- Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelo auditor e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou por erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles

internos da Companhia. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Opinião**- Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Fonte Nova Negócios e Participações S.A. em 31 de dezembro de 2014, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Salvador, 13 de fevereiro de 2015

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5 "F" BA
Leandro Mauro Ardito
Contador CRC 1SP188307/O-0 "S" BA

DIRETORIA

Marcos Lessa Mendes – Diretor Presidente
Daniel Cardoso Gonzalez
Diretor Administrativo Financeiro

CONTADOR

ELSON MAGNAVITA DE MENEZES
Contador – CRC – BA 019497/O-3
CPF nº 613.339.645-87